

Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de maio de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
61892


Adriana Dantas Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 SP 315637/O-1

FÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14	25	3.422	5.136	Fornecedores		-	105	942	2.907
Títulos e valores mobiliários	5	868	-	9.102	2.613	Debêntures	12	6.564	68.104	6.564	68.104
Contas a receber	6	-	-	6.668	13.120	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	22.203	196.039
Dividendos a receber		4.117	4.779	-	-	Arrendamentos	14	-	-	311	277
Impostos e contribuições a recuperar		551	422	1.374	1.391	Obrigações tributárias		43	23	1.233	1.361
Outros ativos		-	-	513	512	Outros passivos	15	-	-	412	3.284
Total dos ativos circulantes		<u>5.550</u>	<u>5.226</u>	<u>21.079</u>	<u>22.772</u>	Total dos passivos circulantes		<u>6.607</u>	<u>68.232</u>	<u>31.665</u>	<u>271.972</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Caixa Restrito	7	89	89	89	89	Debêntures	12	58.990	-	58.990	-
Aplicações financeiras vinculadas	7	1.286	9.828	18.066	26.065	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	158.880	-
Partes Relacionadas	8.1	3.124	5.969	476	476	Arrendamentos	14	-	-	7.874	7.525
Investimentos	9	164.382	157.398	-	-	Partes relacionadas	8.2	8.684	6.595	1.245	2.021
Imobilizado	10	-	-	381.531	402.945	Outros passivos	15	-	-	63.867	68.636
Intangível	11	-	-	1.148	1.206	Total dos passivos não circulantes		<u>67.674</u>	<u>6.595</u>	<u>290.856</u>	<u>78.182</u>
Outros ativos		-	-	282	284						
Total dos ativos não circulantes		<u>168.881</u>	<u>173.284</u>	<u>401.592</u>	<u>431.065</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17	204.867	204.867	204.867	204.867
						Prejuízos acumulados		<u>(104.717)</u>	<u>(101.184)</u>	<u>(104.717)</u>	<u>(101.184)</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>100.150</u>	<u>103.683</u>	<u>100.150</u>	<u>103.683</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>174.431</u>	<u>178.510</u>	<u>422.671</u>	<u>453.837</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>174.431</u>	<u>178.510</u>	<u>422.671</u>	<u>453.837</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	-	-	83.137	71.991
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	-	(49.867)	(43.593)
LUCRO BRUTO	-	-	33.270	28.398
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(362)	(246)	(908)	(767)
Outras Receitas	-	-	797	2.688
Equivalência patrimonial	7.495	4.849	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	7.133	4.603	33.159	30.319
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	636	898	4.302	3.166
Despesas financeiras	(11.302)	(11.947)	(37.080)	(36.577)
	(10.666)	(11.049)	(32.778)	(33.411)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.533)	(6.446)	381	(3.092)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	-	-	(3.914)	(3.354)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(3.533)	(6.446)	(3.533)	(6.446)
Número de ações integralizadas - em milhares	206.821	205.885		
Prejuízo por ação (em reais - R\$)	(0,0171)	(0,0313)		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PREJUÍZO DO PERÍODO	(3.533)	(6.446)	(3.533)	(6.446)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO TRIMESTRE	<u>(3.533)</u>	<u>(6.446)</u>	<u>(3.533)</u>	<u>(6.446)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	203.495	(94.738)	108.757
Prejuízo do período	-	(6.446)	(6.446)
Integralização de capital	1.372	-	1.372
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024	<u>204.867</u>	<u>(101.184)</u>	<u>103.683</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	204.867	(101.184)	103.683
Prejuízo do período	-	(3.533)	(3.533)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	<u>204.867</u>	<u>(104.717)</u>	<u>100.150</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do período		(3.533)	(6.446)	(3.533)	(6.446)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	10, 11 e 19	-	-	26.828	26.541
Apropriação de juros sobre arrendamentos	14	-	-	585	601
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 13	9.269	9.940	29.355	28.261
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 13	386	369	502	486
Ganho na alienação e venda de bens do ativo imobilizado		-	-	(376)	145
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	21	(636)	(898)	(4.048)	(3.155)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(7.495)	(4.849)	-	-
Variação de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	6.452	(1.375)
Impostos e contribuições a recuperar		(129)	(299)	17	(462)
Outros ativos		-	-	(1)	76
Fornecedores		(105)	105	(1.965)	1.533
Obrigações tributárias		20	19	3.198	2.422
Outros passivos		-	-	(7.641)	9.896
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	12 e 13	(6.132)	(6.334)	(21.540)	(23.002)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(3.326)	(2.142)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(8.355)</u>	<u>(8.393)</u>	<u>24.507</u>	<u>33.379</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa restrito, Aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários	5 e 7	8.313	(2.103)	5.561	1.803
Dividendos recebidos		1.171	2.835	-	-
Partes Relacionadas	8.1	2.845	9.580	(776)	856
Caixa advindo da alienação e venda de bens do ativo imobilizado		-	-	652	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	10 e 11	-	-	(4.991)	(8.653)
Resgate de ações preferenciais resgatáveis em controladas		-	2.270	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>12.329</u>	<u>12.582</u>	<u>446</u>	<u>(5.994)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes Relacionadas	8.2	2.089	-	-	-
Arrendamentos pagos	14	-	-	(844)	(858)
Integralização de capital social		-	1.372	-	1.372
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	12 e 13	(6.074)	(5.537)	(25.823)	(23.449)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(3.985)</u>	<u>(4.165)</u>	<u>(26.667)</u>	<u>(22.935)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(11)</u>	<u>24</u>	<u>(1.714)</u>	<u>4.450</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo no início do período	4	25	1	5.136	686
Saldo no fim do período	4	14	25	3.422	5.136
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(11)</u>	<u>24</u>	<u>(1.714)</u>	<u>4.450</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding S.A., “Sociedade por Ações” de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de agosto de 2015.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos circulantes individuais e consolidados da Companhia e suas controladas excederam o total dos ativos circulantes nos montantes de, respectivamente, R\$1.057 e R\$10.586 (R\$63.006 e R\$249.200 em 31 de dezembro de 2024). A Administração da Companhia entende que não existe risco de inadimplência, ou continuidade operacional, uma vez que parte substancial dos passivos circulantes se referem às obrigações contraídas com o BNDES e debenturistas para o financiamento da construção das unidades geradoras e contempla as parcelas vincendas nos próximos doze meses, enquanto as contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês, advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é de que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme evidenciado nas notas explicativas nº 12 e nº13, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), apurado de forma consolidada pela Controladora, não atingiu o mínimo requerido nos contratos de 1,20. Em razão disso, a Companhia procedeu à reclassificação dos saldos de “Empréstimos e Financiamentos” do ativo não circulante para o passivo circulante.

A Controladora e suas controladas, conforme estabelecido na Escritura das Debêntures, para o exercício de 2023 realizou um depósito, em 11 de abril de 2024, no montante de R\$9.206 na conta reserva de complementação do ICSD, a fim de reestabelecer o índice de 1,20 e, assim, possibilitar a não execução do vencimento antecipado das Debêntures para o exercício de 2023. Para o exercício de 2024, com o índice apurado, em 24 de abril de 2025, ocorreu a liberação do saldo excedente de R\$8.937, mantendo o montante de R\$1.159 na conta reserva de complementação do ICSD.

Adicionalmente, a Companhia solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um “waiver” para dispensa do atingimento do referido índice, para o exercício 2023 e 2024. Em maio de 2024, realizou os pagamentos dos “fees” para anuência do pleito e em 11 de junho de 2025 recebeu a formalização da dispensa do cumprimento do índice de ICSD do exercício de 2023 e 2024. Dessa forma, os saldos de empréstimos e debêntures com vencimentos originais posteriores a 30 de junho de 2026 foram reclassificados para o passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD consolidado da controladora apurado atingiu 1,21, e garante a manutenção dos valores no passivo não circulante para os próximos 12 meses.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios, possibilitar a manutenção das dívidas no passivo não circulante, de acordo com o seu fluxo contratual de pagamentos e cumprir suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	2024	2023
Eólica Serra das Vacas I S.A.	23.920	12.200	100%	100%
Eólica Serra das Vacas II S.A.	22.295	10.700	100%	100%
Eólica Serra das Vacas III S.A.	22.235	11.500	100%	100%
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	22.295	11.200	100%	100%
Total	<u>90.745</u>	<u>45.600</u>		

As empresas controladas, Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paranatama, estado de Pernambuco. Em janeiro de 2016, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

As controladas, através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 234 de 29 de maio de 2014, nº 240 de 30 de maio de 2014, nº251 de 4 de junho de 2014 e nº 263 de 6 de junho de 2014, posteriormente atualizadas pelas resoluções autorizativas 5534, 5535, 5536 e 5537, de 27 de outubro de 2015, foram autorizadas a estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, as controladas assinaram os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do exercício de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, (c) provisão para desmobilização. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, que inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas:

(i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram constituídas provisões para riscos de créditos.

3.4. Instrumentos financeiros - Passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de energia nova são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda esperadas. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para provisão para perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia e controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) são amortizados, pelo prazo de autorização do parque eólico.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o exercício ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso, e/ou registradas com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Consequentemente, o prejuízo básico por ação não difere do prejuízo diluído por ação.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS/IAS</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	IAS 21	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.	-	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Correlação IFRS/IAS</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 / IFRS 7	01.01.2026
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza	IFRS 9 / IFRS 7	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IFRS 18	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Nova norma - permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis IFRS	IFRS 19	01.01.2027
Alterações ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	IAS 28	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários	8	25	2.284	4.443
Aplicações financeiras (*)	6	-	1.138	693
Total	<u>14</u>	<u>25</u>	<u>3.422</u>	<u>5.136</u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2025 (75% em 31 de dezembro de 2024), com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	868	-	9.102	2.613

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos médios foram de 99,32% do CDI (99,09% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2024).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2025	2024
Fornecimento de energia elétrica CCEAR (a)	6.668	13.120

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no CCEAR.

7. CAIXA RESTRITO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

a) Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos Bancários	89	89	89	89

b) Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	1.286	9.828	18.066	26.065

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos médios foram de 99,32% do CDI (99,09% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2024).

Os itens (a) e (b) são referentes à caixa restrito e aplicações financeiras vinculadas, e trata-se de conta reserva exigida pelo BNDES e pela Escritura das Debêntures, conforme notas explicativas nº 13 e nº 14, como garantia pela disponibilização dos recursos. O saldo é aferido mensalmente, conforme condições estipuladas no contrato de financiamento e escritura de debêntures.

8. PARTES RELACIONADAS

8.1. Ativos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Eólica Serra das Vacas I S.A. (a)	2.543	4.978	-	-
Eólica Serra das Vacas IV S.A. (a)	105	515	-	-
Eólica Serra das Vacas VIII S.A. (b)	238	238	238	238
Eólica Serra das Vacas IX S.A. (b)	238	238	238	238
Total	<u>3.124</u>	<u>5.969</u>	<u>476</u>	<u>476</u>

a) Refere-se à mútuo com suas controladas, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado.

b) Refere-se a compartilhamento de infraestrutura com a Eólica Serra das Vacas VIII e IX S.A. de vencimento é indeterminado.

8.2. Passivos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Eólica Serra das Vacas II S.A. (a)	2.321	2.239	-	-
Eólica Serra das Vacas III S.A. (a)	6.363	4.356	-	-
Eólica Serra das Vacas VII S.A. (b)	-	-	1.245	2.021
Total	<u>8.684</u>	<u>6.595</u>	<u>1.245</u>	<u>2.021</u>

a) Refere-se à mútuo com suas controladas, sobre o qual não incide juros e o prazo de vencimento é indeterminado.

b) Refere-se a compartilhamento de infraestrutura com a Eólica Serra das Vacas VII S.A.

8.3. Remuneração da Administração

No ano de 2025, a remuneração dos Administradores está centralizada na controladora no montante de R\$289 em 31 de dezembro de 2025 (R\$256 no ano de 2024), paga através de rateio entre as controladas de todo o grupo, conforme mencionado no item 9.2 (b). Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria ou remuneração baseada em ações.

9. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2025	2024
Investimentos	164.382	157.398

a) Movimentação do saldo dos investimentos

Controlada	Saldo em 2024	Incorporação de ações preferenciais resgatáveis às ordinárias	2025		
			Dividendos Distribuídos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Eólica Serra das Vacas I S.A.	36.756	-	-	1.956	38.712
Eólica Serra das Vacas II S.A.	39.878	-	-	3.481	43.359
Eólica Serra das Vacas III S.A.	35.169	-	-	391	35.560
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	45.595	-	(511)	1.667	46.751
Total	157.398	-	(511)	7.495	164.382

Controlada	Saldo em 2023	Incorporação de ações preferenciais resgatáveis às ordinárias	2024		
			Dividendos Distribuídos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Eólica Serra das Vacas I S.A.	33.979	2.958	-	(181)	36.756
Eólica Serra das Vacas II S.A.	34.290	2.867	-	2.721	39.878
Eólica Serra das Vacas III S.A.	32.517	2.867	-	(215)	35.169
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	40.275	2.867	(171)	2.524	45.595
Total	141.161	11.559	(171)	4.849	157.398

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	2025			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Eólica Serra das Vacas I S.A.	116.068	(77.356)	(38.712)	1.956
Eólica Serra das Vacas II S.A.	100.372	(57.013)	(43.359)	3.481
Eólica Serra das Vacas III S.A.	104.228	(68.668)	(35.560)	391
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	107.405	(60.654)	(46.751)	1.667
Total	428.073	(263.691)	(164.382)	7.495

Empreendimentos	2024			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) do exercício
Eólica Serra das Vacas I S.A.	124.440	(87.684)	(36.756)	(181)
Eólica Serra das Vacas II S.A.	104.228	(64.350)	(39.878)	2.721
Eólica Serra das Vacas III S.A.	110.057	(74.889)	(35.169)	(215)
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	110.865	(65.269)	(45.595)	2.524
Total	449.590	(292.192)	(157.398)	4.849

10. IMOBILIZADO

Consolidado								
	2023	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2024	Custo Histórico	Depreciação Acumulada
IMOBILIZADO EM CURSO	25.185	8.653	(30.905)	(145)	-	2.788	2.788	-
Materiais sobressalentes	25.180	8.653	(30.905)	(145)	-	2.783	2.783	-
Terrenos	5	-	-	-	-	5	5	-
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	395.607	130	30.905	-	(26.485)	400.157	613.252	(213.095)
Direito de uso - CPC 06	7.070	130	-	-	(362)	6.838	8.866	(2.028)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	61.351	-	-	-	(2.824)	58.527	83.924	(25.397)
Máquinas e Equipamentos	313.192	-	30.905	-	(22.826)	321.271	505.482	(184.211)
Móveis e Utensílios	117	-	-	-	(11)	106	193	(87)
Desmobilização CPC 25 (*)	11.853	-	-	-	(451)	11.402	12.615	(1.213)
Terrenos	1.887	-	-	-	-	1.887	1.887	-
Veículos	137	-	-	-	(11)	126	285	(159)
Total Geral	420.792	8.783	-	(145)	(26.485)	402.945	616.040	(213.095)
	2024	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	2025	Custo Histórico	Depreciação Acumulada
IMOBILIZADO EM CURSO	2.788	4.984	-	(261)	-	7.511	7.511	-
Materiais sobressalentes	2.783	4.984	-	(256)	-	7.511	7.511	-
Terrenos	5	-	-	(5)	-	-	-	-
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	400.157	647	-	(17)	(26.767)	374.020	613.820	(239.800)
Direito de uso - CPC 06	6.838	644	-	-	(403)	7.079	9.510	(2.431)
Edificações, Obras Cíveis E Benfeitorias	58.527	-	-	-	(2.823)	55.704	83.924	(28.220)
Máquinas e Equipamentos	321.271	-	-	(15)	(23.137)	298.119	505.495	(207.376)
Móveis e Utensílios	106	-	-	-	(2)	104	194	(90)
Desmobilização CPC 25 (*)	11.402	2	-	-	(377)	11.027	12.615	(1.588)
Terrenos	1.887	1	-	-	-	1.888	1.888	-
Veículos	126	-	-	(2)	(25)	99	194	(95)
Total Geral	402.945	5.631	-	(278)	(26.767)	381.531	621.331	(239.800)

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

11. INTANGÍVEL

Consolidado	2023	Amortização	2024	Custo Histórico	Amortização Acumulada
INTANGÍVEL EM SERVIÇO	1.262	(56)	1.206	1.763	(557)
Servidões	1.196	(47)	1.149	1.573	(424)
Softwares	66	(9)	57	190	(133)
Consolidado	2024	Amortização	2025	Custo Histórico	Amortização Acumulada
INTANGÍVEL EM SERVIÇO	1.206	(58)	1.148	1.763	(615)
Servidões	1.149	(47)	1.102	1.573	(471)
Softwares	57	(11)	46	190	(144)

12. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding S.A. aprovou, em 9 de setembro de 2016, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries. Para a 1ª série foram emitidas 23.000 (vinte e três mil) e na 2ª série 45.000 (quarenta e cinco mil), totalizando 68.000 (sessenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da Emissão de R\$68.000 (sessenta e oito milhões de reais).

A 1ª série será amortizada em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2016 e juros de 8,37% ao ano + Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

A 2ª série será amortizada em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a 1ª parcela devida em 15 de julho de 2018 e juros de 8,5818% ao ano + IPCA. Os montantes foram liberados à Companhia ao longo de dezembro de 2016.

Os recursos líquidos captados em 14 de dezembro de 2016 foram destinados a investimentos nas controladas: Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A., Eólica Serra das Vacas IV S.A.

A Escritura das Debêntures prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Conforme previsto na escritura de debêntures, caso o ICSD consolidado da Companhia não atinja 1,20 ao final do exercício, deverá ser efetuado um depósito na conta de complementação do ICSD no montante necessário para que o saldo da referida conta, após o depósito, resulte em um cálculo do ICSD de 1,20.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD apurado de forma consolidada pela Companhia atingiu o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,21.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o ICSD apurados não atingiram o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,18 e 1,00 respectivamente.

Para que o ICSD consolidado da companhia apurado em 31 de dezembro de 2023 resultasse em 1,20, a Companhia efetuou depósito complementar mantendo o saldo total de R\$9.206. Para o exercício de 2024, com o índice apurado, em 24 de abril de 2025 efetuou manutenção do saldo de modo a manter o montante de R\$1.159. A Companhia e suas controladas solicitaram ao BNDES um "waiver" para dispensa do atingimento do referido índice para 2023 e 2024, e em 11 de junho de 2025 recebe a formalização da dispensa do cumprimento do índice. Dessa forma, os saldos de empréstimos e debêntures com vencimentos originais posteriores a 30 de junho de 2026 foram reclassificados para o passivo não circulante.

A Companhia manteve os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a emissão destas demonstrações financeiras, mediante a confirmação pelo agente fiduciário o saldo será liberado para movimentação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de Debêntures são apresentados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Principal e juros incorridos	69.879	72.816
(-) Custo de transação a amortizar	(4.325)	(4.712)
Total	65.554	68.104
Segregado entre:		
Circulante	6.564	68.104
Não circulante	58.990	-
Total	65.554	68.104

A movimentação do exercício é conforme segue:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2023	69.666
Juros incorridos	9.940
Amortização de juros	(6.334)
Amortização de principal	(5.537)
Apropriação custos a amortizar	369
Saldo em 31 de dezembro de 2024	68.104
Juros incorridos	9.269
Amortização de juros	(6.132)
Amortização de principal	(6.074)
Apropriação custos a amortizar	386
Saldo em 31 de dezembro de 2025	65.554

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas tem como data final de amortização 15 de julho de 2032.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo exercício de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o exercício de carência do contrato deverá ser acrescido ao seu principal.

Foram dadas, como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2025, o ICSD apurado de forma consolidada pela Controladora atingiu o índice acima do determinado, sendo que o índice apurado foi 1,21.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ICSD apurados não atingiram o índice determinado, sendo que o índice apurado foi 1,18 e 1,00 respectivamente.

Para que o ICSD consolidado da companhia apurado em 31 de dezembro de 2023 resultasse em 1,20, a Companhia efetuou depósito complementar mantendo o saldo total de R\$9.206. Para o exercício de 2024, com o índice apurado, em 24 de abril de 2025 efetuou manutenção do saldo de modo a manter o montante de R\$1.159. A Companhia e suas controladas solicitaram ao BNDES um “waiver” para dispensa do atingimento do referido índice para 2023 e 2024, e em 11 de junho de 2025 recebe a formalização da dispensa do cumprimento do índice. Dessa forma, os saldos de empréstimos e debêntures com vencimentos originais posteriores a 30 de junho de 2026 foram reclassificados para o passivo não circulante.

A Companhia manteve os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a emissão destas demonstrações financeiras, mediante a confirmação pelo agente fiduciário o saldo será liberado para movimentação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de Empréstimos e Financiamentos são apresentados como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
BNDES	181.855	196.928
(-) Custo de transação a amortizar	(772)	(889)
Total	<u>181.083</u>	<u>196.039</u>
Segregado entre:		
Circulante	22.203	196.039
Não circulante	158.880	-
Total	<u>181.083</u>	<u>196.039</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	212.181
Amortização de principal	(17.912)
Amortização de juros	(16.668)
Juros incorridos	18.321
Apropriação de custos de transação	117
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>196.039</u>
Amortização de principal	(19.749)
Amortização de juros	(15.408)
Juros incorridos	20.084
Apropriação de custos de transação	117
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>181.083</u>

14. ARRENDAMENTO

As controladas da Companhia possuem contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

	Consolidado	
	2025	2024
<u>Contratos com prazo de vigência maior de 12 meses</u>		
Total dos contratos	15.336	14.894
Encargos financeiros futuros	(7.151)	(7.092)
Valor presente dos contratos	<u>8.185</u>	<u>7.802</u>
Circulante	311	277
Não circulante	<u>7.874</u>	<u>7.525</u>
	<u>8.185</u>	<u>7.802</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.929
Atualização monetária	130
Apropriação de juros	601
Amortizações de principal e juros	(858)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>7.802</u>
Atualização monetária	642
Apropriação de juros	585
Amortizações de principal e juros	(844)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>8.185</u>

O direito de uso sobre os contratos firmados está registrado na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 11.

15. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	2025	2024
Adiantamento de clientes (a)	320	-
Obriga�o contratual (b)	92	3.284
Total circulante	412	3.284
Obriga�o contratual (b)	48.864	54.429
Provis�o para desmobiliza�o (c)	15.003	14.207
Total n�o circulante	63.867	68.636
Total outros passivos	64.279	71.920

(a) Adiantamento de clientes por recebimento em duplicidade.

(b) As controladas da Companhia apuraram déficit de gera o anual e quadrienal em seu segundo quadri nio iniciado em 2020 com término em 2023. O saldo do ressarcimento de curto e longo prazo do déficit será liquidado conforme previsto nos Contratos do CCEAR. Contudo a suas controladas está com a liquida o do ressarcimento adiada, em virtude de Despacho da ANEEL n  2303/2019 que deliberou sobre a suspensão da liquida o do ressarcimento relativo às usinas eólicas, objeto de pedidos de reconhecimento de "Constrained-off"   ANEEL, e se mantem atenta as delibera es da ANEEL para que volte a liquidar seu passivo.

(c) Referem-se aos custos a serem incorridos, assim como a obriga o que a Companhia deverá liquidar no futuro, para desmontagem e retirada dos seus ativos nos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administra o e   revisada periodicamente. A contrapartida dessa provisão, está registrada na rubrica de "Imobilizado", conforme nota explicativa n  11.

16. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administra o, com base nas avalia es dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constitui o de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2025, Controlada Eólica Serra das Vacas I S.A. foi identificado a probabilidade de risco com perda possível para o processo de indeniza o de danos morais e materiais decorrente dos supostos barulhos ocasionados pela companhia no montante atualizado de R\$6.429 (sem processos em 31 de dezembro de 2024), até a emissão deste relatório o processo segue aguardando designa o de audiência.

Em 31 de dezembro de 2025, na Controlada Eólica Serra das Vacas II S.A. foi identificado a probabilidade de risco com perda possível para o processo de indeniza o de danos morais e materiais decorrente dos supostos barulhos ocasionados pela Companhia no montante atualizado de R\$314, (R\$314 em 31 de dezembro 2024) até a emissão deste relatório o processo segue aguardando designa o de audiência.

Em 31 de dezembro de 2025, na Controlada Eólica Serra das Vacas IV S.A. foi identificado a probabilidade de risco com perda possível para o processo de servidão administrativa pela Companhia no montante atualizado de R\$46 (R\$19 em 31 de dezembro 2024), até a emissão deste relatório o processo segue aguardando designa o de audiência.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social

Entre janeiro e março de 2024, ocorrem Assembleia Geral Extraordinária que deliberam pelo aumento de capital mediante a emissão de 1.372.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$204.867 (R\$204.867 em 31 de dezembro de 2024) composto por 206.820.718 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora					
	Capital subscrito e integralizado		Quantidade de ações	%	Capital subscrito e integralizado	
	2025	2025			2024	2024
Eólica Serra das Vacas Participações S.A.	204.867	206.820.718	100%	204.867	206.820.718	100%

17.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

17.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

17.4. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(3.533)	(6.446)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	206.820.718	206.820.718
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,0171)	(0,0312)

18. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2025	2024
Suprimento de energia elétrica - ACL e MCP	1.967	1.740
Suprimento de energia elétrica - CCEAR	88.553	84.464
Déficit da obrigação contratual - CCEAR	(3.688)	(10.695)
Receita Bruta	86.832	75.509
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(3.304)	(3.146)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(391)	(372)
Total	(3.695)	(3.518)
Total	83.137	71.991

19. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2025	2024
Energia comprada para revenda	(878)	(595)
Depreciação e amortização	(26.850)	(26.541)
Despesa com pessoal	(1.266)	(1.484)
Serviços de terceiros	(13.180)	(8.631)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(4.201)	(3.578)
Arrendamentos e aluguéis	(173)	(22)
Material	(1.153)	(571)
Outros	(2.166)	(2.171)
Total	(49.867)	(43.593)

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas Operacionais				
Serviços de terceiros	(361)	(246)	(877)	(758)
Outras despesas	(1)	-	(31)	(9)
	<u>(362)</u>	<u>(246)</u>	<u>(908)</u>	<u>(767)</u>
Outras Receitas				
Receita de indenização de sinistros (*)	-	-	145	2.623
Receita alienação de bens e materiais e venda de sucata	-	-	652	65
	-	-	797	2.688
Total	<u>(362)</u>	<u>(246)</u>	<u>(111)</u>	<u>1.921</u>

(*) em 2024, a Companhia recebeu valores de indenização de seguros, referente a indenização total e final pelos danos materiais (quebra de máquinas), decorrente dos prejuízos do sinistro ocorrido.

21. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Receitas financeiras</u>				
Aplicações financeiras	636	898	4.049	3.155
Outras	-	-	253	11
Total	<u>636</u>	<u>898</u>	<u>4.302</u>	<u>3.166</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(9.269)	(9.940)	(29.354)	(28.262)
Comissão e “waiver fee”	(1.386)	(1.133)	(4.683)	(5.075)
Outras	(647)	(874)	(3.043)	(3.240)
Total	<u>(11.302)</u>	<u>(11.947)</u>	<u>(37.080)</u>	<u>(36.577)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(10.666)</u>	<u>(11.049)</u>	<u>(32.778)</u>	<u>(33.411)</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	90.520	90.520	86.204	86.204
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	7.242	10.862	6.896	10.344
Receitas financeiras	3.543	3.543	3.166	3.166
Base de cálculo	10.784	14.405	10.062	13.510
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(1.618)	(1.314)	(1.509)	(1.216)
Adicional de IRPJ	(982)	-	(629)	-
Total	(2.600)	(1.314)	(2.138)	(1.216)
Despesas com IRPJ e CSLL		(3.914)		(3.354)

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

		Controladora	
		Classificação	2025
ATIVOS			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	14	25
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	868	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	1.286	9.828
Partes relacionadas	Custo amortizado	3.124	5.969
PASSIVOS			
Fornecedores	Custo amortizado	-	105
Debêntures	Custo amortizado	65.554	68.104
Partes relacionadas	Custo amortizado	8.684	6.595

		Consolidado	
		Classificação	
			2025
			2024
ATIVOS			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado		3.422
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado		9.102
Contas a receber	Custo amortizado		6.668
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado		18.066
PASSIVOS			
Fornecedores	Custo amortizado		942
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		181.083
Partes relacionadas	Custo amortizado		1.245
Debêntures	Custo amortizado		65.554
Arrendamentos	Custo amortizado		8.185
Outros passivos	Custo amortizado		64.279

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, o acionista controlador dará suporte financeiro à Companhia e suas controladas, assim como, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA - acumulado últimos 12 meses: 4,26%.
- TJLP: 9,13%.

CDI - acumulado últimos 12 meses: 14,28%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2025	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(65.554)	IPCA + 8,5%	(8.365)	(10.456)	(12.546)
Aplicações financeiras vinculadas	1.375	CDI	196	245	295
	<u>64.179</u>		<u>(8.169)</u>	<u>(10.211)</u>	<u>(12.251)</u>
Consolidado	2025	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(65.554)	IPCA + 8,5%	(8.365)	(10.456)	(12.546)
Empréstimos e financiamentos	(181.083)	TJLP + 2,45%	(20.969)	(26.212)	(31.454)
Caixa Restrito e Aplicações financeiras vinculadas	18.155	CDI	2.593	3.241	3.889
Títulos e valores mobiliários	9.102	CDI	1.300	1.625	1.950
Total	<u>(219.380)</u>		<u>(25.441)</u>	<u>(31.802)</u>	<u>(38.161)</u>
Controladora	2024	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(68.104)	IPCA + 8,5%	(9.078)	(11.348)	(13.617)
Consolidado	2024	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(68.104)	IPCA + 8,5%	(9.078)	(11.348)	(13.617)
Empréstimos e financiamentos	(196.039)	TJLP + 2,45%	(19.369)	(24.211)	(29.053)
Caixa Restrito e Aplicações financeiras vinculadas	26.154	CDI	2.832	3.541	4.249
Títulos e valores mobiliários	2.613	CDI	283	354	424
Total	<u>(235.376)</u>		<u>(25.331)</u>	<u>(31.664)</u>	<u>(37.997)</u>

h) Risco de capitalização

	Consolidado	
	2025	2024
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	246.637	264.143
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliários, aplicações financeiras vinculadas e caixa restrito	(30.679)	(33.903)
Dívida líquida	215.958	230.240
Patrimônio líquido	100.150	103.683
Índice de alavancagem financeira - %	215%	222%

24. COMPROMISSOS

- a) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$6.280 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.

25. SEGUROS

Objeto	Controladora e Consolidado			
	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2025	19/12/2026	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/2025	19/12/2026	Controladas

As apólices de seguros possuem prazo de vigência de um ano e são renovadas anualmente. O período de 01/01/2025 a 19/12/2025 foram cobertos pela apólice de seguros que teve início de sua vigência no final do exercício de 2024.

26. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	2025	2024
Atualização dos contratos/Adoção Inicial - arrendamentos/imobilizado	644	130
Integralização de Capital Social - incorporação do valor capitalizado das ações preferenciais resgatáveis ao valor das ações ordinárias	-	11.559

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 04 de maio de 2026.